

Sumário

Parte I – Recomendações Iniciais, Relatório, Fundamentação e Dispositivo

Capítulo 1 – Conceito e Recomendações Iniciais	3
1.1 Rascunho	4
1.2 Apresentação do texto	6
1.3 Tempo de prova, simulação e prática	8
1.4 Redação e linguagem apropriada	10
1.5 Abordagem jurídica dos pontos	13
1.6 Correta compreensão do enunciado.....	15
1.7 Referência à legislação e à jurisprudência.....	16
Capítulo 2 – Sentença: Conteúdo e Classificação	19
2.1 Sentença citra, extra e ultra petita	22
2.2 Observações sobre comandos, determinações de sentença e cumprimento específico	27
2.2.1 Constituição de Capital	29
2.2.2 Expedição de Ofícios	30
2.2.3 Aplicação de Multa e Tutela Específica de Ofício.....	30
2.3 Questões de ordem pública.....	33
2.4 Vedação da sentença condicional	35
2.5 Sentença concisa.....	37
2.7 Capítulos da sentença	38
Capítulo 3 – Estrutura Formal da Sentença	41
3.1 Divisão da sentença em tópicos.....	41
3.2 Elementos facultativos: Preâmbulo e Ementa	42

Capítulo 4 – O Relatório (art. 489, I, do CPC)	45
4.1 conteúdo (passo a passo)	47
4.2 Relatório-padrão	49
4.3 Aspectos linguísticos do relatório	50
4.4 Situações peculiares	52
Capítulo 5 – Fundamentação (art. 489, II, do CPC)	55
5.1 Forma de análise dos argumentos	58
5.2 Ordem e roteiro da fundamentação	59
5.3 Julgamento simultâneo.....	61
5.4 Questões pendentes.....	62
5.5 Julgamento antecipado do mérito.....	65
5.6. Hipóteses legais de falta de fundamentação – art. 489, §1º.....	69
Capítulo 6 – Questões Prévias	75
6.1 Ordem e apreciação das preliminares	77
6.2 Preliminares: Abordagem e Análise.....	78
6.2.1 Inexistência ou nulidade da citação.....	79
6.2.2 Incompetência absoluta e relativa.....	80
6.2.3 Incorreção do valor da causa.....	86
6.2.4 Inépcia da petição inicial.....	87
6.2.5 Perempção, litispendência e coisa julgada	88
6.2.6 Conexão e continência.....	90
6.2.7 Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	92
6.2.8 Convenção de arbitragem	95
6.2.9 Ausência de legitimidade e interesse processual.....	96
6.2.10 Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como preliminar	101
6.2.11 Indevida concessão do benefício da gratuidade judiciária	102

Capítulo 7 – Questões Prejudiciais	107
7.1 Prescrição.....	109
7.2 Decadência	112
7.3 Negócio processual.....	115
Capítulo 8 – Questões Pontuais da Fundamentação	117
8.1 Nulidades: apontamentos e abordagem na sentença.....	119
8.2 Fato superveniente	120
8.3 Distribuição do ônus da prova	121
8.4 Critérios de pensionamento	125
8.5 Regramentos da reparação por danos morais.....	127
8.6 Declaração de inconstitucionalidade	132
8.7 Tutela de urgência	133
8.8 Litigância de má-fé.....	136
Capítulo 9 – Cúmulo de Demandas e Intervenção de Terceiros	139
9.1 Ações dúplices e pedidos contrapostos	140
9.2 Reconvenção	143
9.3 Ação declaratória incidental.....	147
9.4 Situações específicas: oposição e nomeação à autoria	148
9.5 Denúnciação da Lide	154
9.6 Chamamento ao processo	158
9.7 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	160
Capítulo 10 – Dispositivo (art. 489, III, do CPC)	163
10.1 Elementos do dispositivo.....	164
10.2 Início do dispositivo	165
10.3 Decisão dos pedidos mediatos e imediatos	165
10.5 Critérios de correção monetária e juros legais.....	167

10.6 Tabela de correção monetária e juros de mora aplicáveis nas condenações.....	172
Capítulo 11 – Quantificação dos Encargos Sucumbenciais, Honorários Advocatícios e Justiça Gratuita.....	175
11.1 Sucumbência e despesas processuais.....	176
11.2 Honorários advocatícios.....	179
Capítulo 12 – Providências Finais e Fechamento.....	183
12.1 Forma de liquidação	183
12.2 Reexame necessário.....	185
12.3 Multa do art. 523 do CPC	187
12.4 Traslado e encaminhamento de cópia da sentença	188
12.5 Baixa na distribuição e liberação de valores	189
12.6 Publicação, registro e intimação das partes	189
12.7 Fecho ou fechamento.....	191

Parte II – Ações de Direito Público, Coletivas, Previdenciárias e Especiais

Capítulo 1 – Ações em que a Fazenda Pública é Parte	195
1.1 Aspectos gerais.....	195
1.2 Capacidade de estar em juízo	197
1.3 Competência	199
1.4 Criação de Juízos Regionalizados.	201
1.5 Prescrição	202
1.6 Desistência da ação	203
1.7 Disposições Finais da sentença.....	204
1.7.1 Juros e correção monetária	204
1.7.2 Juros e correção monetária: ações gerais fazendárias.....	206

1.7.3 Juros e correção monetária: indébito tributário	208
1.7.4 Juros e correção monetária na ação de desapropriação.....	210
1.8 Remessa Necessária	213
1.9 Custas e honorários.....	214
Capítulo 2 – Ação Civil Pública	217
2.1. Introdução	217
2.1 Legitimação.....	218
2.3 Objeto	222
2.4 A Sentença em si.....	224
2.4.1 Preliminares:	224
2.4.2 Prejudiciais de Mérito.....	227
2.4.3 Mérito.....	227
2.4.4 Dispositivo	228
2.4.5 Providências Finais	231
Capítulo 3 – Ação Popular	233
3.1 Aspectos gerais	233
3.2 Sentença.....	235
Capítulo 4 – Ação de Improbidade Administrativa	237
4.1. Introdução	237
4.2. Objeto	237
4.3. Preliminares.....	239
4.3.1. Incompetência relativa e absoluta	239
4.3.2. Conexão e Continência.....	240
4.3.3. Indeferimento ou inépcia da petição inicial	240
4.3.4. Litispêndência	241
4.3.5. Coisa Julgada	241
4.3.6. Convenção de Arbitragem ou Transação.....	242

4.3.7. Contraditório Prévio	242
4.3.8. Intimação Obrigatória	242
4.3.9. Carência de Ação	243
4.4. Preliminares Mais Comuns em	
Ações de Improbidade Administrativa	244
4.4.1. Litisconsórcio passivo necessário	244
4.4.2. Legitimidade do Ministério Público	244
4.4.3. Ilegitimidade passiva	245
4.4.4. Da legitimidade passiva	
do servidor público inativo	245
4.4.5. Prescrição	245
4.5 Fundamentação	246
4.6 Dispositivo	249
4.7 Aplicação das Sanções – Dosimetria.....	250
4.8 Provimentos Finais	255
Capítulo 5 – Mandado de Segurança	259
5.1. Histórico	259
5.2 Aspectos Gerais	260
5.3. Hipóteses	262
5.4. Intransmissibilidade da ação.....	263
5.5 Liminar	264
5.6 Sentença em si.....	265
5.6.1 Preliminares	266
5.6.2. Prejudiciais (mérito).....	269
5.6.3. Mérito propriamente dito.....	271
5.7 Dispositivo e Providências Finais	272
5.8 Mandado de Segurança Coletivo.....	275

Capítulo 6 – Ações Previdenciárias	277
6.1. Introdução	277
6.2. Preliminares.....	278
6.3. Mérito	285
6.3.1 Prejudiciais ao Mérito	285
6.3.2. Mérito em si	287
6.4 Dispositivo	296
6.4.1 Antecipação de tutela.....	301
Capítulo 7 – Ação Monitória	303
7.1 Definição e Hipóteses de cabimento.....	303
7.2 Questões preliminares	303
7.3 Objeto.....	305
7.4 Procedimento	305
7.5 Sentença	307
Capítulo 8 – Ações Possessórias	311
8.1 considerações iniciais	311
8.2 Questões preliminares.....	312
8.3 Procedimento	314
8.4 Sentença.....	316
Capítulo 9 – Ações de Consignação em Pagamento	319
9.1 Introdução	319
9.2 Consignação proposta contra credor desconhecido	320
9.3 Consignatória em ações revisionais.....	322
Capítulo 10 – Embargos à Execução	325
Capítulo 11– Embargos de Terceiro	331

Parte III – Sentenças e Modelos de Dispositivos

Capítulo 1 – Modelos de Dispositivos.....	337
1.1 Vara Cível – competência residual.....	337
1.2 Juizados especiais cíveis	343
1.3 Vara De Família.....	346
1.4 Vara de falência e recuperação judicial	349
Bibliografia.....	355